# A PAISAGEM ENTRE A REGIÃO E O LUGAR

# THE LANDSCAPE BETWEEN THE REGION AND THE PLACE

# EL PAISAJE ENTRE LA REGIÓN Y EL LUGAR

**Leonardo Luiz Silveira da Silva**
Doutor em Geografia, IFNMG- Campus Salinas
leonardo.silveira@ifnmg.edu.br

## RESUMO

O artigo em questão explora dois campos de congruência semântica da categoria paisagem. O primeiro, relacionado com o campo semântico da região, está associado às perspectivas próximas ao positivismo e a abordagem material da paisagem. O segundo campo, relacionado com a categoria lugar, transcende a materialidade e situa-se no contexto das correntes reativas ao neopositivismo, sobretudo àquelas vinculadas ao movimento intelectual conhecido como virada cultural. A relevância do artigo reside justamente na reflexão sobre as grandes diferenças do sentido da paisagem e a necessidade de contextualizarmos a categoria, sob o risco do seu emprego descuidado conduzir a falhas comunicativas indesejáveis, tanto em construções textuais como em outras formas discursivas.

**Palavras-chave:** Paisagem; Região; Lugar; Semântica.

## ABSTRACT

This article explores two fields of semantic congruence in the landscape category. The first, related to the region's semantic field, is associated with perspectives close to positivism and the material approach of the landscape. The second field, related to place category, transcends materiality and is located in the context of the reactive mainstreams to neopositivism, especially those linked to the intellectual movement known as a cultural turn. The relevance of this article lies precisely in the reflection on the great differences in the sense of the landscape and the need to contextualize the category, under the risk of its careless use leading to undesirable communicative failures, both in textual constructions and in other discursive forms.

**Keywords**: Landscape; Region; Place; Semantics.

**RESUMEN**

El artículo en cuestión explora dos campos de congruencia semántica en la categoría de paisaje. El primero, relacionado con el campo semántico de la región, está asociado con perspectivas cercanas al positivismo y el enfoque material del paisaje. El segundo campo, relacionado con la categoría de lugar, trasciende la materialidad y se ubica en el contexto de las corrientes reactivas al neopositivismo, especialmente aquellas vinculadas al movimiento intelectual conocido como giro cultural. La relevancia del artículo radica precisamente en la reflexión sobre las grandes diferencias en el sentido del paisaje y la necesidad de contextualizar la categoría, bajo el riesgo de que su uso descuidado conduzca a fallas comunicativas indeseables, tanto en construcciones textuales como en otras formas discursivas.

**Palabras Clave**: Paisaje; Región; Lugar; Semántica.

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe estabelecer uma discussão de natureza epistemológica acerca dos limites semânticos da categoria geográfica paisagem frente às categorias região e lugar. Para tanto, se faz necessário perpassar pela evolução diacrônica da paisagem, assim como considerar, na contemporaneidade, sua polissemia. A importância desta reflexão reside na proposição de uma interlocução desta categoria central da ciência geográfica com diversas correntes de pensamento e o seu *zeitgeist*. Acreditamos que a pluralidade da geografia não nos permite apropriar das categorias à esmo: se faz necessária uma fundamentação teórica para que a estratégia de comunicação entre escritor e leitor seja assertiva.

A categoria região foi escolhida para estabelecer uma interface com a paisagem pelo fato muito disseminado em produções não só em língua portuguesa, mas também em inglesa, de que a palavra alemã *landschaft* significa ao mesmo tempo paisagem e região. No desenrolar do texto se dá uma importância excessiva a este fato, visto que a própria palavra paisagem na língua portuguesa possui grande diversidade.

A categoria lugar também foi escolhida para que se possa refletir sobre sua zona de congruência frente à paisagem, visto que, em certas acepções assumidas para a paisagem, os aspectos ligados ao sentido, significado e emoções acabam, à *prima facie*, por obliterar os limites conceituais entre paisagem e lugar.

A estratégia discursiva passa pela reflexão acerca de uma breve evolução do conceito de paisagem, para posteriormente propormos a avaliação das congruências da categoria em questão frente à região e ao lugar. É importante observar que não estabelecemos um juízo ingênuo de contrapor dicotomicamente uma abordagem supostamente correta da abordagem *versus* uma abordagem equivocada. Todavia, apontamos as diferenças que sustentam as concepções formativo-epistemológicas das abordagens precisam ser compreendidas, para que a apropriação da categoria não provoque desentendimentos nos leitores que carregam, cada um em sua perspectiva formativa, experiências de uso do conceito.

## A PAISAGEM

Toda sociedade humana possui um ambiente, que é percebido, expresso simbolicamente e adaptado aos seus propósitos. Entretanto, existem poucas civilizações as quais o ambiente tornou-se explícito objeto imagético-paisagístico. De fato, somente duas civilizações na história da humanidade que desenvolveram a estética da paisagem em sua plenitude: a chinesa e a europeia. Todavia, devemos considerar ainda as respectivas esferas de influência destas civilizações (BERQUE, 1993). Considerando esta perspectiva, podemos dizer que a paisagem é uma invenção. Exportada para outros povos, a noção estética da paisagem forçou a criação de neologismos que acampassem a nova ideia (SERPA, 2020), além de promover o florescimento de formas de expressão artísticas, como a pintura e a literatura. Ou seja, a paisagem enquanto invenção passa pela apropriação linguística e pela expressão artística. Nesse sentido, como é amparado amplamente pelos estudos da paisagem, o continente europeu e a China apresentam-se como vanguarda. Para conceber o vanguardismo europeu e chinês, se faz necessária a consideração de que a paisagem não é o mesmo que ambiente, pois a compreensão e abordagem paisagística exigiria penetrar na dimensão da subjetividade[1].

[1] Existem certas abordagens de viés positivista que tratam a paisagem como ambiente ou geossistema, o que expressa uma visão modernista de separação brutal entre o homem e a natureza, a partir da objetificação desta última à serviço das demandas antrópicas.

A paisagem vista como sinônimo de ambiente certamente apresentou origens mais difusas e imprecisas. Estas diferenças no sentido da paisagem expressam certamente as tensões e contradições que acompanham o conceito. Assim, a noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito (MAXIMIANO, 2004). No mundo ocidental, a pintura de paisagem surgiu antes mesmo do que a própria palavra paisagem e sua problematização. Durante a Antiguidade Clássica, os estudos que incorporavam a paisagem – sem que o termo ainda tivesse sido cunhado – faziam-se presentes com a descrição dos lugares (OLIVEIRA, 2000). Na Europa, a paisagem enquanto conceito parece ser uma invenção do Renascimento (MARANDOLA E OLIVEIRA, 2018), precisamente no final do século XV e início do XVI (COSGROVE, 1985), em um momento no qual o homem passou a ser visto como uma entidade à parte da natureza. Claude Raffestin (1977) assegura que a paisagem não era objeto de interesse dos ocidentais até a aurora do século XVI. É a necessidade de representação do Renascimento que ajuda a fundar a paisagem em um contexto que propõe a dicotomia entre o homem como sujeito e a natureza como objeto.

A ciência moderna, que emergiu no período da Renascença e do Iluminismo, trouxe consigo a promessa de que isolando a natureza como um objeto de estudo, seria possível transformá-la e controla-la em prol do benefício da sociedade (OLWIG, 2008). A natureza, assim, transforma-se em uma construção cultural quando funções são atribuídas a ela[2] (LARSEN, 1992). A ideia da acumulação da produção advinda do trabalho, que é uma especificidade humana bastante problematizada no século XIX, ajuda a aprofundar a separação entre homem e natureza (BURGESS, 1978). Pensando deste modo, a própria consolidação do capitalismo contribui para a cisão aqui abordada.

A paisagem era considerada como parte integrante da pintura ao ser definida como o fundo de quadros religiosos (KIYOTANI, 2014), em um momento em que o foco era o antropocentrismo, sendo representada como detalhe ou complemento das

[2] A separação do homem e natureza torna-se mais evidente com o posterior processo de urbanização. De acordo com Margaret Fitzsimmons (1989), nossas considerações inconscientes de que o trabalho e vida intelectuais são urbanos ajudam a elaborar esta cisão entre homem e natureza. De acordo com a autora, a natureza como conhecemos foi inventada na diferenciação entre cidade e o espaço rural e entre o trabalho braçal e mental, além da abstração da cultura contemporânea acerca do necessário trabalho social produtivo de nossa vida material (FITZSIMMONS, 1989, p.108).

telas. A paisagem renascentista que explorava as interferências humanas na paisagem abordava vilas ricas e poderosas, palácios e castelos, de tal modo que pouca atenção era dada à representação de paisagens ordinárias (ANTROP, 2005).

Séculos antes da institucionalização da geografia enquanto disciplina acadêmica – que ocorreu no século XIX – praticantes da arte da geografia[3] estiveram engajados em desenvolver linguagens e técnicas – com destaque para a pintura e a literatura – que pudessem capturar o que os olhos poderiam ou deveriam ver na paisagem (DRIVER, 2003). No Renascimento, a paisagem passou a ser identificada como um espaço cênico abrangente e com objetos organizados dentro da totalidade daquele campo espacial unificado (OLWIG, 2011). Logicamente, como se espera das estruturas híbridas do pensar, certos artistas se destacavam por apresentarem propostas deslocadas da tendência do seu *zeitgeist*. As aquarelas de Albrecht Dürer destacam-se ao dar importância também ao quadro natural, já que o artista estava inserido em uma sociedade até então culturalmente afastada da natureza (MAXIMIANO, 2004).

Já no Oriente, segundo Augustin Berque (1998), a noção de paisagem [*shanshui*] foi desenvolvida no sul da China na virada do século IV para o V, período com o qual concordam Marandola e Oliveira (2018). Um dos indícios da precocidade da reflexão paisagística chinesa é o fato do texto "Introdução à pintura de paisagem" de autoria de Zong Bing [Tsung Ping] – músico e artista chinês que viveu entre os séculos IV e V da nossa era – ser reconhecido como o primeiro manuscrito sobre o assunto (TURNER, 2009). Existe a hipótese – apoiada por certos autores como o sinologista japonês Miyazaki Ichisada – que a unificação do continente euroasiático realizada pelo império mongol possibilitou a chegada de pintores chineses de paisagem à Europa, o que poderia ter despertado os europeus (BERQUE, 1998) à reflexão paisagística.

Em uma narrativa eurocentrista, a paisagem passou a integrar o escopo de preocupações dos artistas e viajantes, em um momento em que os horizontes para os descobrimentos de novas terras e contatos entre distintas sociedades proliferaram. Apenas no final do século XVIII e no início do século XIX que as transformações

[3] Donald Meinig destacou que na Syracuse University, assim como em muitas universidades dos Estados Unidos, o departamento de geografia engloba um núcleo de pesquisa de artes e ciências, destacando o quanto as expressões artísticas são importantes para o fazer geográfico (MEINIG, 1983). O uso da expressão "arte da geografia" foi escolhido para aludir a uma prática geográfica anterior à institucionalização acadêmica. É importante observar que esta escolha não foi gratuita: é antagônica ao imperativo positivista que se lançou não somente à geografia, mas ao conjunto das ciências humanas que também se institucionalizaram no século XIX.

induzidas pela Revolução Industrial passaram a ser consideradas como devastadoras e ameaçadoras para o meio-ambiente e para a integridade da paisagem. Concomitantemente a essas transformações, o Romantismo se desenvolveu, oferecendo novas visões sobre a natureza, a paisagem e sua evolução. Foi o mesmo momento em que as primeiras legislações de conservação ambiental e paisagística surgiram (ANTROP, 2005).

As reminiscências que perpassam gerações ajudam a alimentar sentimentos que variam do medo à esperança, do ódio ao amor, que somente encontram justificativa como componentes da interpretação paisagística por intermédio de uma investigação histórica, nem sempre disponível, ao observador. Assim, por muito tempo as florestas eram vistas por muitos como ambientes maléficos, onde se escondiam assassinos, bruxas e diversas criaturas que somente a imaginação humana poderia conceber (SCHAMA, 2009). Estas significações passaram a ser fortalecidas pela história oral, mas também pelo sucesso de escritores que se aventuraram pelo campo da literatura.

O enciclopedismo descritivo das paisagens, que marcou o tempo de Humboldt, particularizou a descrição regional, o que contrastou com a necessidade de conflagrar teorias e leis essencialmente geográficas, que marcou tanto o período do positivismo como o do neopositivismo (HARTSHORNE, 1978; HARVEY, 1986; CAPEL, 2013). A virada cultural (VALENTINE, 2001; PEDROSA, 2016), movimento interdisciplinar que se apresentou como uma reação a dominância do neopositivismo das décadas de 1950 e 1960, deslocou o sentido da paisagem como objeto para a paisagem como fenômeno a ser percebido. Uma miríade de abordagens se seguiram, como a da geografia humanista, da geografia crítica, da nova geografia cultural, do pós-estruturalismo e pós-modernismo. Alguns autores transitaram por estas correntes, estabelecendo abordagens híbridas para a paisagem. Apesar da pluralidade, ficou evidenciada a transcendência da materialidade da paisagem, ainda que, sobretudo no campo de avaliação das paisagens (APPLETON, 2000), a estatística que marcou a geografia neopositivista fosse utilizada com pouco constrangimento.

## ENTRE A PAISAGEM E A REGIÃO

A avaliação das congruências e limites entre paisagem, região e lugar depende do tipo de abordagem que se dá a estas categorias. A título de exemplificação,

podemos afirmar que a abordagem naturalista da paisagem aproxima a categoria em questão do sentido geralmente atribuído à região e ao mesmo tempo distancia a paisagem do sentido comumente aplicado ao lugar. Por esta razão, é necessário que alguns apontamentos sejam feitos quanto às oscilações semânticas.

A etimologia da palavra paisagem na língua francesa deriva de *pays/paysans/paysages*. Esta etimologia também guia a construção da palavra em língua portuguesa. *Paysans* possui um duplo significado: pode referir-se aos habitantes de um determinado *pays*, como, literalmente, aos camponeses (DOMINGUES, 2001). A origem da palavra em francês está claramente ligada aos modos de vida rurais tradicionais. Basta lembrar que, no momento em que o termo foi cunhado, o modo de vida campesino era, dentre as realidades possíveis, um status muito mais expressivo do que o que encontramos hoje. Assim, nas línguas latinas, as mudanças sociais e espaciais ditaram o distanciamento da palavra paisagem frente ao seu significa original.

É bem reconhecido o fato de que na Europa o conceito de paisagem e as palavras similares tanto de origem romana como germânica emergiram por volta do início do século XVI significando uma dada pintura cujo objeto primário de abordagem era o cenário natural, o que dava a abertura para o desenvolvimento do pitoresco. Em especial, o significado germânico primário de paisagem incluía o homem na perspectiva do enquadramento. É interessante pensar que os resquícios de organização feudal estavam presentes naquele tempo. Na era feudal, as propriedades pertenciam a um senhor, que estabelecia em sua propriedade um complexo de direitos de uso que era reforçado pelos costumes e pelas obrigações diárias da vassalagem (OLWIG, 1996). Forma-se aqui, no enquadramento dos resquícios feudais, um sentido de domínio jurídico para a paisagem, ainda que consuetudinário.

*Landscape* é um termo utilizado na língua inglesa para paisagem. O seu correspondente em língua alemã é *landschaft*. *Landscape*, em seu sentido mais comum, refere-se "a aparência do terreno do modo como percebemos" e "uma parcela da superfície terrestre e do céu que repousa no nosso campo de visão a partir da perspectiva de um ponto em particular (o ponto do observador)" (OLWIG, 1996, p.630). Já a construção da palavra *landschaft* é dada pelo prefixo "terra[4]" e sufixo

[4] O sentido atribuído a terra [*land*] na palavra landscape, "em uma etimologia primária, refere-se a país ou região – a Escócia é a terra, país ou região dos escoceses" (OLWIG, 2008, p.1848).

"forma". Para Sauer, a ideia de formatação da terra, trazida pela palavra *landschaft*, não alude meramente à forma física, referindo-se também a "uma área produzida por uma distinta associação entre formas, tanto físicas quanto culturais" (SAUER, 2008). Esta argumentação de Sauer nos aponta para o entendimento da paisagem como meio de relação da natureza e do homem. Além disto, *Landschaft* tanto significa uma porção limitada da superfície terrestre que possui um ou mais elementos que lhe dão unidade, como a aparência de determinada porção do espaço tal como era percebida por um observador (SALGUEIRO, 2001). Ou seja, na língua alemã, a mesma palavra que significa paisagem, também traz o sentido de região. *Landschaft* e o seus cognatos nas línguas escandinavas ainda são palavras usadas para descrever regiões administrativas em partes da Frísia e Schleswig-Holstein (COSGROVE, 2006). Entretanto, este fato não pode ser entendido como uma deficiência na abordagem regional por parte dos alemães.

É notável o fato deste duplo sentido da palavra *Landschaft* ser tão explorado na literatura brasileira. É relativamente comum a apresentação desse duplo sentido da paisagem como se fosse algo excepcional ou que colocasse a geografia alemã em algum apuro epistemológico. Esta é uma celeuma vazia. Afinal, a palavra paisagem na língua portuguesa também apresenta variações importantes, dentre estas variações entendimentos que aproximam o sentido de paisagem com o de região, tal qual está posto na língua alemã. Denis Cosgrove afirma: "é difícil conceber o argumento de que a palavra *landschaft* sustenta na geografia alemã o mesmo sentido neutro das palavras área ou região como os geógrafos ingleses e americanos do período entre guerras clamam" (COSGROVE, 1985, p.57), o que mostra que o significado das palavras também deve ser interpretado a partir do seu contexto. Assim, a polêmica do duplo sentido da palavra paisagem na Alemanha é muito mais uma curiosidade linguística do que um imbróglio epistemológico. Sobre estas congruências, Cosgrove crava: "a paisagem compartilha e estende o conceito de região e de área, que são os conceitos que geralmente são apontados como equivalentes" (COSGROVE, 1998, p.54).

O sentido das palavras também é construído diacronicamente. Muitas palavras possuem sentido contemporâneo que se afasta do seu original etimológico. Assim, ao comparar o sentido epistemológico de paisagem e região, precisaríamos acessar a própria evolução destes conceitos para não realizarmos análises anacrônicas.

O sentido original da região, que advém de *regere*[5], acabou "gradativamente perdendo terreno, o que provavelmente explica a relativa perda de importância do conceito de região para o entendimento de processos socioespaciais ligados à esfera do político" (HAESBAERT, 2010, p.22). Em sua acepção moderna, a palavra região caminhou no sentido de significar uma porção do espaço com elementos (a partir de determinado(s) critério(s)) relativamente comuns, ou, ainda, que os fatos geográficos[6] apresentam-se com relações mais intensas do que as comparadas com outros recortes regionais[7].

Para Sauer, os fatos da Geografia são os fatos do lugar. Sua associação daria origem ao conceito de paisagem. A estrutura e a função da paisagem seriam determinadas por formas integradas e dependentes (SAUER, 2008), cuja integração e dependência se daria ao longo do tempo. É interessante apontar que a tradicional definição da escala da paisagem como a do alcance da visão pode se apresentar incoerente face à argumentação de Carl Sauer. Afinal, as relações entre os fatos geográficos podem se apresentar:

- Fortes e relativamente homogêneas em porções do espaço que abrangem áreas que estão além da percepção visual;
- Fracas, desconectadas ou postas em diversas conexões relativamente independentes em áreas percebidas pela visão.

A visão de Sauer, organicista e funcional, permitir-nos-ia associar a paisagem à escala que não estaria necessariamente limitada pelo alcance da visão. Deste modo, inauguraria um discurso funcional da paisagem, que seria aprofundado após a Segunda Guerra Mundial e que permitiria, ainda, uma maior congruência entre o sentido da paisagem e da região. Estes fatos derivariam de um movimento ocorrido dentro da própria geografia marcado pelo resgate de sua validade científica. Durante e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, fortes discussões acadêmicas foram travadas e aprofundadas acerca da validade científica da Geografia, que foi tida por alguns como um saber engajado, a serviço do interesse do Estado para que o mesmo possa praticar a política no campo internacional de uma forma mais favorável e quiçá

[5] Regere significa comandar ou ainda administrar, denotando a região como área de comando ou reino (HAESBAERT, 2010).
[6] Fatos geográficos é uma expressão utilizada por Carl Sauer em *A Morfologia da Paisagem*. Denotam as formas e as estruturas contidas na paisagem.
[7] Nesse sentido, se as relações são definidas como fluxos, regiões também podem ser definidas como redes.

fazer a guerra (PARKER, 1998). Esta imagem recaiu fortemente sobre a Geopolítica, mas replicou em toda a geografia. A acusação era justamente a mesma: a geografia era um campo do saber que facilmente ultrapassava os limites entre a "ciência pura" e o "saber engajado".

Uma reação direta ao momento da geografia no pós-Segunda Guerra Mundial foi a ascensão do neopositivismo (CAPEL, 2013), materializada na geografia teorético-quantitativa, conhecida também como "a nova geografia". A palavra "nova" nos mostra a tentativa de reformular a Geografia tal como a mesma se apresentava, sugerindo novos paradigmas como tentativa de apagar os seus incômodos estigmas. Lembrar-nos-emos que, na aurora de sua institucionalização enquanto saber acadêmico (metade do século XIX), a geografia possuía forte viés positivista, que foi sendo questionado à medida que o século XX nascia.

No contexto da geografia teorético-quantitativa, destacou-se no ano de 1953 o artigo de Fred K. Schaefer: *Excepcionalismo em Geografia*. Considerando que uma das formas de legitimação da geografia como ciência é a busca de leis, Schaefer considera que é sobre os arranjos de fenômenos espaciais, e não sobre os fenômenos propriamente, que os geógrafos deveriam procurar estabelecer esquemas explicativos assemelhados às leis (JOHNSTON, 1986). Schaefer considera que a interpretação sistemática do arranjo dos elementos no espaço encontra no geógrafo o profissional ideal. Salientou enfaticamente que não teria, enquanto geógrafo, uma visão tão otimista (da validade científica da geografia) caso os profissionais da geografia abandonassem a busca por leis (SCHAEFER, 1953).

A paisagem enquanto categoria geográfica não ficou imune frente às novas tendências da geografia. Na busca incessante pelas leis, a geografia teorético-quantitativa passou a ver que o princípio da comparação entre a análise sistemática de certas porções do espaço geográfico era o seu maior nicho, assim como defendia Schaefer. Não é de se surpreender o fato de que a região tornou-se a categoria preferencial, como um instrumento de reflexão espacial que conduziria a geografia ao processo de recuperação do seu status de ciência. A partir dos anos 1960, o termo "região" substitui, a partir da influência de Richard Hartshorne, quase totalmente o termo paisagem nos circuitos geográficos, principalmente na América do Norte (SCHIER, 2003). Naquele momento, o espaço geográfico construiu-se com base numa

ciência teorética que pretendia exorcizar a paisagem, por considerar que a mesma, até então (meados da década de 1950), possuía caráter meramente descritivo e – o que era mais grave para os neopositivistas – subjetivo (DOMINGUES, 2001).

A ascensão da perspectiva neopositivista logo encontra (já na década de 1960) um movimento de reação ambientalista que influencia as relações internacionais, a academia e o senso comum. O apontamento de cientistas acerca da existência de questões ambientais de escala global, tais como a existência e o aumento do buraco na camada de ozônio, a chuva ácida e a crítica à capacidade destrutiva do homem, dá espaço às teses ecodesenvolvimentistas. No plano internacional, grandes conferências internacionais passaram a ser realizadas e celebradas: o encontro do Clube de Roma e, posteriormente, em 1972, a Conferência de Estocolmo. Foi neste contexto que na Europa se desenvolve, por intermédio de geógrafos alemães, um estudo da paisagem que parte do pressuposto que esta categoria geográfica representa um conjunto específico de relações ecológicas. A ideia que prevaleceu na América do Norte acerca do estudo das relações entre os elementos da paisagem como meio para a legitimação da geografia se fez presente na alternativa europeia, centrada, contudo, nos estudos das relações do meio físico/ecológico. A ecologia da paisagem consagrou-se como vertente europeia sendo que muitos dos seus métodos de descrição ambiental desenvolveram-se fora da geografia e foram sendo absorvidos pela disciplina, onde são adaptados e utilizados (GREGORY, 1992). Esta razão talvez sustente o fato de que os biomas ou domínios morfoclimáticos, por vezes negligenciando a preocupação com questões associadas à escala geográfica e/ou área de abrangência da unidade espacial a que se refere, geralmente são referidos como paisagens. Nesse sentido, o uso da palavra paisagem se aproxima do sentido epistemológico da região, tal como está contido no relato de Aziz Ab´Sáber:

> Num primeiro nível de abordagem, poder-se-ia dizer que as **paisagens** têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente. Em muitos lugares – como é o caso dos velhos planaltos e compartimentos de planaltos do Brasil – os processos antigos foram responsáveis sobretudo pela compartimentação geral da topografia. Nessa tarefa, as forças naturais gastaram milhões a dezena de milhões de anos (AB´SÁBER, 2003, p.9).

O trecho anterior revela associa grandes eventos geológicos e geomorfológicos ao espaço, realizando em sua abordagem recortes regionais. A

influência da ecologia da paisagem e a aproximação com a ideia de região se manifestam ainda no trecho:

> Entendemos como domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo (AB´SÁBER, 2003, p.12)

No discurso de Aziz Ab´Saber, a relativa homogeneidade aponta para o fundamento básico da ideia de região para a geografia. Já as relações sistêmicas são evidenciadas pela expressão "feições paisagísticas e ecológicas integradas", apontando-nos as reminiscências dos pressupostos da ecologia da paisagem, surgidos no contexto da ascensão da nova geografia. Os princípios ecológicos de interpretação da paisagem, entretanto, acompanham a geografia há mais tempo. Segundo Salgueiro, "é claramente a posição dos geógrafos que veem a paisagem numa perspectiva ecológica, na convergência da geografia e da Ecologia que prolongam a tradição naturalista do princípio do século[8]" (SALGUEIRO, 2001, p.44).

No âmbito do contexto já caracterizado, Gabriel Rougerie escreveu em 1969[9] *Geografia das Paisagens*. Em sua abordagem, logo na introdução, a paisagem é celebrada como a categoria instrumental fundamental da geografia, por ser capaz de materializar as diferenciações espaciais que fundamental o exercício da geografia e cobrem a disciplina com um verniz científico.

> É cômodo definir a geografia como o estudo das paisagens. Não há de faltar, por certo, quem venha apontar a imprecisão e a feição qualitativa, ou mesmo "artística" da expressão; outros, movidos por um desejo de exatidão hão de preferir a cisão da realidade e falarão em paisagens morfológicas, em paisagens vegetais, em paisagens agrárias ou urbanas... Contudo, como a geografia também consiste em localizar fatos, em apreender as diferenciações do espaço terrestre e em comparar conjuntos desvendando seu dinamismo interno e suas relações recíprocas, poderemos nos considerar no âmago desta ciência quando nos declaramos favoráveis à expressão material de tais diferenciações: a paisagem (ROUGERIE, 1971, p.7)[10].

Gabriel Rougerie (1971) aborda a paisagem como região ecológica, defendendo, contudo, a abordagem sistêmica, que se opõe a meramente descritiva. No

[8] A autora se refere ao século XX.
[9] Edição original em língua francesa.
[10] Edição em língua portuguesa.

sumário do seu livro, os capítulos receberam títulos como “as paisagens litorâneas”, “as paisagens montanhosas” e “as paisagens de planícies de planaltos”. Este entendimento da paisagem como “região ecológica” foi incorporado por inúmeros geógrafos em âmbito nacional e internacional e ainda sobrevive na contemporaneidade como reminiscência, tradição e/ou convicção.

O contexto marcado pela ascensão da abordagem ambientalista da paisagem trouxe alguns impactos para o pensamento geográfico, destacando-se, no âmbito das reflexões que propõe, as seguintes perspectivas:

- A paisagem deixa, de forma inequívoca, de se constituir como um conceito restrito à geografia. Se nunca o foi, claramente é neste momento que a interdisciplinaridade do conceito ficou mais clara;
- Ocorre a diversificação da polissemia do conceito;
- O contato com as novas ciências do ambiente e a incorporação das variáveis ambientais oriundas de outros campos disciplinares – como a biologia, o planejamento, o urbanismo, o paisagismo e a economia –, constituem-se uma fonte de enriquecimento da geografia;
- Ao mesmo tempo, a participação dos outros campos de conhecimento nos estudos da paisagem passaram a representar uma ameaça à capacidade do geógrafo de se apropriar e de se constituir como referência dos estudos da paisagem (DOMINGUES, 2001).

Além destes quatro pontos, em oposição diametral à perspectiva ambiental, há de se destacar a reação “culturalista” à ascensão do neopositivismo na geografia, que – negando modelos universais de interpretação da cultura no espaço – escancarou a percepção acerca da excepcionalidade dos trabalhos que versam sobre as culturas. Para Claval (2002), a negação de modelos universalizantes conduziu a uma excessiva fragmentação da abordagem cultural. Os geógrafos culturais teriam internalizado de uma forma crua os perigos potenciais da generalização cultural (CLAVAL, 2001) e, portanto, “em lugar de estudar a cultura inglesa, a civilização chinesa”, os trabalhos culturais passaram a versar sobre “as comunidades paquistanesas no Birmingham, dos bairros ricos de Vancouver ou das mulheres dos subúrbios da zona sul de Chicago”

(CLAVAL, 2002, p.24)[11]. Se por um lado consolida-se a crença de que não se pode invocar uma razão universal para explicar a organização da realidade social, por outro, há de se considerar que algumas regularidades ocorrem na vida social, permanecendo aí a relevância dos microestudos culturais descritos por Claval, bem como a relevância da paisagem enquanto fenômeno/produto da intersubjetividade. São nas particularidades que a alteridade, tão cara para o relativismo cultural, pode ser maximizada. Sobre os microestudos culturais, a pergunta ideal não nos parece ser acerca de sua validade enquanto produto; diferentemente, parece-nos ser sobre como aproveitarmos estas abordagens para avançarmos em uma reflexão mais ampla sobre a cultura. Michel Sivignon (2002), todavia, nos alerta para o que ele chama de "risco etnográfico": as descrições exaustivas e particulares dos microestudos culturais, assim como as antigas descrições dos hábitos das sociedades camponesas, podem compor uma geografia de curiosidades *stricto sensu*, extremamente detalhada em seus relatos e que acaba por diluir a nossa capacidade de hierarquizar elementos culturais nos textos. Em um exemplo prático, Sivignon alerta que "a prática de uma língua não pode ser colocada no mesmo plano de importância no qual está situada a forma de um telhado" (SIVIGNON, 2002, p.34).

Por mais que as idas e vindas do pensamento geográfico estejam sendo problematizadas neste artigo como estratégia para problematizar as (re)significações da paisagem enquanto categoria geográfica, é mister considerar – ainda que soe como uma obviedade – que as tendências dominantes de cada época não constituem-se, *per se*, como formas monopolistas de expressão geográfica. É importante ser dito que, na recente história da ciência geográfica instituída academicamente, vozes destoantes existiram, como percursos analíticos paralelos ao *mainstream* da geografia ou mesmo como elementos propulsores de rupturas epistemológicas.

Resgatamos a questão que funda parte deste tópico: quais são os limites entre a paisagem e região? De que forma a ascensão da vertente neopositivista – que passou a valorizar o estudo regional em detrimento ao estudo paisagístico – contribui para que possamos responder a questão? De que maneira a ascensão de valores

[11] Jacquelin Burgess percebeu este movimento enfatizado por Paul Claval, argumentando que existe um abismo existente nos trabalhos acerca de paisagens culturais que envolve, de um lado, estudos teóricos (*high theory*) e, de outro, estudos etnográficos de pequena escala (BURGESS, 1996, p.10).

ambientais fortemente ligados à ecologia da paisagem podem nos fornecer respostas sobre a congruência semântica das categorias paisagem e região?

Dois importantes fatos inspira-nos pensar sobre a congruência semântica entre paisagem e região. O primeiro é referente ao verbete *landschaft*. Como consta nas páginas anteriores, esta palavra é utilizada como "região" e "paisagem" na língua alemã. Vimos, todavia, que este fato não é extraordinário, à medida que o contexto do emprego da palavra paisagem em outras línguas pode aproximar o sentido desta palavra com a da categoria região. O segundo fato refere-se à ascensão neopositivista experimentada pela geografia marcadamente ao longo da década de 1950. No afã de criar modelos e encontrar "leis naturais" que poderiam valorizar a disciplina (no sentido da legitimação científica), foi promovida a aproximação do conceito de paisagem e região. Neste contexto, a paisagem, considerada de definição subjetiva, passou a ser interpretada de forma mais material, com dados físicos, e, acima de tudo, lida a partir das inter-relações dos elementos que a compõem. Podemos nos referir neste contexto à busca desenfreada por uma "reificação da paisagem".

Aprioristicamente poder-se-ia parecer uma resposta evasiva à questão aqui lançada; todavia, o questionamento sobre a congruência entre a paisagem e região não é digna de uma resposta plebiscitária. Faz-se necessário considerar que as idas e vindas do pensamento geográfico podem deslocar o próprio entendimento do escopo das categorias que são instrumentais à geografia. Deste modo, vozes destoantes convivendo em tempos de fortes tendências podem dar respostas não esperadas à questão. É preciso ser dito que, dependendo da corrente analítica do pesquisador, a congruência semântica entre a paisagem e a região terá maior ou menor extensão.

O princípio da relativa homogeneidade de certa porção do espaço – que baliza o entendimento da definição da região enquanto entidade espacial – encontra paralelo na paisagem funcional, com elementos e funcionalidades espaciais descritas em sua forma, estrutura e inter-relação. O entendimento em questão integrou o *mainstream* do pensamento geográfico no período 1950-1960. Tal método empregado na leitura da paisagem evidencia a busca de padrões espaciais que seriam úteis à guisa de comparação com outras paisagens, fomentando o estabelecimento de modelos ou quiçá leis geográficas, atendendo aos desígnios da ascensão neopositivista e da ecologia da paisagem. Neste contexto, verifica-se inequivocadamente o mesmo uso que se fazia dos

estudos regionais na aurora da geografia acadêmica oitocentista: a corografia à serviço do estabelecimento de modelos e leis em nome da busca de legitimação científica, em uma verdadeira obsessão nomotética, todavia, panglossiana e quixotesca.

## ENTRE A PAISAGEM E LUGAR

A abordagem (neo)positivista não parece ver na questão da escala (no que diz respeito à limitação da unidade analisada) um constrangimento. Este é um ponto conflituoso frente aos que consideram a experiência sensorial como fundamental para a definição de uma paisagem. Afinal, à medida que a escala analítica diminui, aumentando a área de análise, a capacidade sensorial torna-se comprometida. É justamente a atuação dos sentidos, a percepção intersubjetiva do espaço e o papel da experiência humana que estabelecem a zona de congruência entre a paisagem e o lugar. Nesse sentido, a interpretação humanista da paisagem foi responsável por providenciar grande congruência desta categoria com o lugar (COSGROVE, 1990). Além da abordagem humanista, outras correntes que se fortaleceram e/ou nasceram da virada cultural também são capazes de considerar a multiplicidade de significados advindos da intersubjetividade humana, como é o caso de abordagens pós-estruturalistas, pós-modernas e vinculadas à nova geografia cultural. Deste modo, estas abordagens também colaboram para a aproximação das categorias paisagem e lugar. Este não parece ser o caso das tradicionais abordagens culturais em geografia, advindas do período pré-virada cultural. A tradicional geografia cultural, vinculada à força das tradições de Berkeley e de seu *chef d´école* Carl Sauer, prima pelo foco na cultura material, pecando na sua capacidade de transcender o meio físico (MIKESELL, 1978; DUNCAN , 1980; LEY, 1981; COSGROVE; 1993; DEMERITT, 1994), ainda que esta opinião não seja compartilhada por uma minoria sintetizada pelo artigo de Marie Price e Martin Lewis (1993).

Chama a atenção na obra consagrada por Sauer "*A morfologia da paisagem*" a utilização da expressão "a perspectiva fenomenológica da ciência". O significado da palavra "fenomenológica" utilizada por Sauer precisa ser entendida dentro do contexto de sua obra. Não é o sentido da fenomenologia trazida por Husserl e Heidegger, sendo

mais indicado "tratar o significado da raiz desse termo simplesmente como fenômenos experimentados ou aparências" (PENN e LUKERMANN, 2011, p.140). Esta discussão é importante para a compreensão de que, no contexto saueriano, a interpretação da paisagem não é amplamente intersubjetiva. Para entendermos o papel da subjetividade como promotor da interseção entre a paisagem e o lugar, abordaremos brevemente esta segunda categoria, em sua essência.

Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as diversas necessidades biológicas (TUAN, 2013). É o palco da experiência humana, e, assim como a paisagem, estabelecemos nos lugares vínculos emocionais. A experiência humana é multissensorial à medida que a visão não detém o monopólio dos nossos sentidos. Por isso falamos em *soundscapes*[12] (PORTEOUS e MASTIN, 1985) e *smellscapes*[13] (PORTEOUS, 1985). Estabelecemos afeição (TUAN, 1980) e desenvolvemos o medo (TUAN, 2005) frente ao lugar e àqueles indivíduos que não estamos habituados a conviver (TUAN, 1986). Lamentamos as mudanças que alteram certos elementos ou mesmo conjunto dos lugares, ao ponto de desenvolvermos palavras para este tipo de ressentimento: o topocídio e o domicídio (PORTEOUS, 1988; PORTEOUS; SMITH, 2001). A necessidade das pessoas de acessar as marcas na paisagem em um mundo marcado por rápidas mudanças está associada ao desejo de permanecer em contato com memórias físicas do seu passado. Este movimento está motivando comunidades a preservarem cenas e estruturas que não haviam sido pensadas como algo a ser preservado (LOWENTHAL, 1979). Por isso não é estranho que o desconforto ambiental possa nos induzir à fuga (TUAN, 1998). É notável o fato de que

[12] Sons precisam ser considerados como fontes de bem-estar individual e comunitário (UIMONEN, 2008). Os sons produzidos pelo homem se apropriam do espaço e da paisagem, ajudando determinadas áreas a se tornarem lugares, justamente por prover experiências sonoras a quem frequenta. Quando falamos do som, em outro viés, se faz necessário considerar que o silêncio – comum em alguns lugares sacros – também compõe paisagens sonoras (PISTRICK; ISNARD, 2013). Como em uma melodia, a pausa faz parte da música. O som também pode ser controlado como forma de induzir as sensações: é o que ocorre em lugares com projetos acústicos que maximizam os efeitos das sensações sonoras. É interessante pensar que a busca pela aprazibilidade ambiental visa explorar, a priori, os aspectos associados àquilo que a visão pode perceber. Todavia, assim como ocorre com os arranjos visuais, implementações acústicas podem gerar efeitos muito poderosos na capacidade perceptiva e na avaliação de ambientes, ainda que o som seja uma dimensão negligenciada nos estudos geográficos e na estética ambiental (POCOCK, 1989).

[13] Também se fala em paisagens olfativas [*smellscapes*] como uma forma de aludir a certa espacialidade passível de ser associada a determinados odores. Em relação à precisão espacial e agilidade temporal no ato perceptivo, nossa capacidade olfativa apresenta-se assimétrica frente à visão (YOUNG, 2020). O olfato nos permite evitar certos alimentos contaminados e é um componente na atração sexual. Certos cheiros podem nos informar horários, pois práticas sistemáticas que produzem aromas podem nos indicar, por exemplo, que é hora do café da tarde, pontual e diariamente servido. Além disso, reviver certos odores permite lembrar-nos de alguns momentos e lugares (PORTEOUS, 1985).

as alterações que ressentimos possam ser ressignificadas. A aniquilação dos Budas de Baymian realizada pelo regime afegão do Taleban sob pretextos religiosos pode ter feito com que as cavidades nas rochas que abrigavam os budas tragam mais significado do que a sua antiga presença (ANDREOTTI, 2010).

Como argumento de defesa àqueles que são identificados com os pressupostos da geografia humanista, é difícil acreditar que um geógrafo desconsidere a relevância dos elementos sensoriais para a análise geográfica. Ao mesmo tempo, não parece adequado destinar ao lugar – entendido aqui como categoria geográfica – a reponsabilidade exclusiva da análise espacial sensorial. Afinal, o lugar possui escala espacial restrita e os aspectos sensoriais são extremamente dominantes, ao passo desta categoria ser ignorada por alguns geógrafos que não acreditam na força da subjetividade como ferramenta de leitura do espaço. Lowenthal (1978) argumentou que paisagem e lugar se confundem em dadas situações, mas que a primeira transmite uma noção genérica enquanto que o segundo denota especificidade. A paisagem abriga o lugar, mas o lugar não abriga a paisagem, o que reforça a retórica de Carl Sauer: a paisagem se constitui como o conceito unitário da geografia.

Qual categoria poderia realizar a tarefa de incluir as questões sensoriais em uma análise multiescalar do espaço? Se esta não é a exclusiva responsabilidade da paisagem, deveríamos compartilhar esta tarefa a outra ferramenta, pois é plausível considerar que os elementos sensoriais fazem parte da leitura do espaço. O foco analítico da categoria lugar é mais restrito, centrando-se na noção de pertencimento, memória e diversas emoções que interferem na organização do nosso pensamento. Os limites do escopo da paisagem e lugar são menos tênues do que uma avaliação apriorística poderia inferir, afinal, as escalas muito grandes parecem sugerir a abordagem do lugar. Yi-Fu Tuan (1979) argumenta que o lugar pode ser pequeno como um canto de um quarto ou grande como a própria Terra. Em sua poderação, o autor diz: “é um simples fato na observação de saudosos astronautas que a Terra é o nosso lugar no universo” (TUAN, 1979, p.421). Apesar da razoabilidade desta afirmação, consideramos desconfortável que grandes áreas sejam definidas como palco do enraizamento e do estabelecimento de relações. Faz mais sentido referir-se a um pequeno vilarejo como palco do enraizamento, memória e experiência do que uma grande metrópole na qual sequer conhecemos parcela importante de suas vias de circulação e dos seus ângulos de visão, ainda que

tenhamos visitado seus domínios. A noção de lugar torna-se mais poderosa em áreas espacialmente restritas, como àquelas ligadas a uma instituição ou cercada por muros, como a escola, o hospital, o presídio ou o mercado. Mesmo considerando tais áreas menos extensas, a ideia de lugar não abandona seus pressupostos: a presença da intersubjetividade de suas adjetivações e mesmo limitações: em um exemplo, para além do muro, pode se incorporar mentalmente a calçada como um componente espacialmente integrado ao lugar; como desvincular o pipoqueiro que permanentemente ficava na calçada do cinema deste lugar de entretenimento?

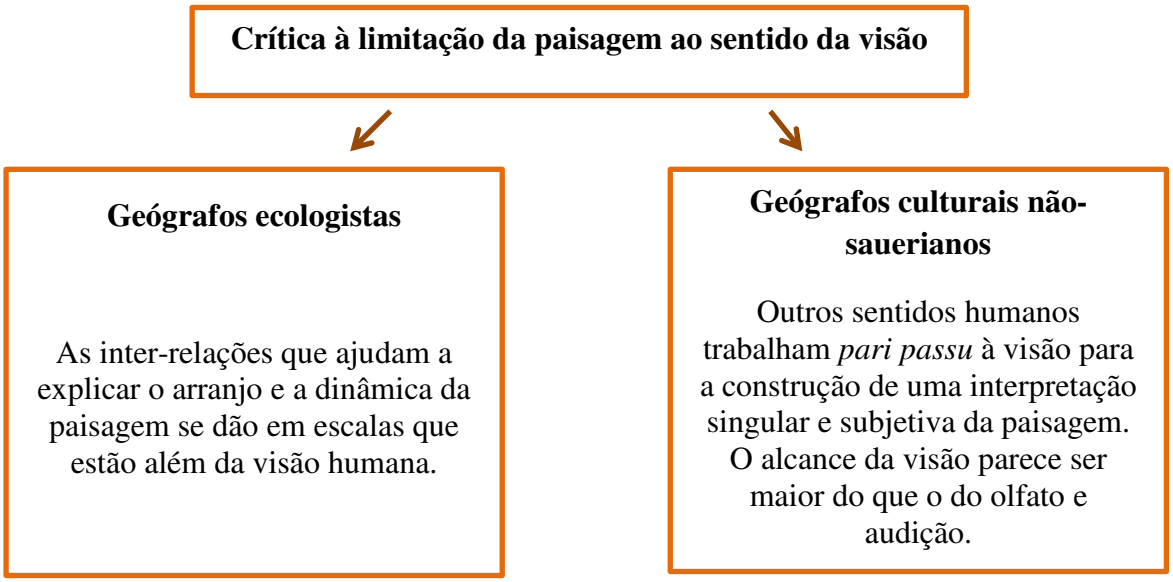
É importante destacar, à título de diferenciação, que a paisagem em relação ao lugar é concebida como se o observador estivesse sempre fora dela. Mesmo em uma perspectiva baseada na subjetividade, transcendendo o materialismo e a objetividade, a paisagem é interpretada como algo externa àquele que a percebe (CRESSWELL, 2008). Ademais, comparativamente ao lugar, a paisagem apresenta uma área de forma mais continuamente distribuída, talvez interrompida por limitações sensoriais provocadas por feições do relevo ou mesmo arranha-céus descomunais. Já o lugar pode se apresentar de forma reticular. Joel Bonnemaison (1994) destaca este fato, ao argumentar que a nossa experiência espacial é mais assertivamente representada de forma reticular do que em áreas contínuas que formam polígonos.

Pauli Tapani Karjalainen considera que o lugar é proximamente entrelaçado à paisagem. “Nós habitamos um lugar que está sempre embrulhado por uma paisagem” (KARJALAINEN, 1993, p.68), o que, de acordo com o autor, é evidenciado pelo fato de muitas vezes ser a paisagem que vem à mente quando nos é pedido para descrever um lugar. Para esta afirmação de Karjalainen fazer sentido, se faz necessário considerar certa parcela do universo semântico da palavra paisagem.

Segundo José Bueno Conti: “A ideia de paisagem não se refere apenas ao que é observável, pois o conhecimento dos fenômenos e processos menos visíveis é essencial para se interpretá-la de forma cabal” (CONTI, 2014, p.240). Se as inter-relações devem ser compreendidas para a definição da amplitude espacial da paisagem, quais seriam os limites para o engendramento destas inter-relações? A grosso modo, é plausível considerar que existem relações que se manifestam em escala global. Assim, pragmaticamente, paisagem seria espaço. Não parece adequado seguir por esta linha. Não é uma questão de considerar que a análise integrada homem e natureza não deva

ser estudada. Mas é afirmar, de maneira categórica, que a paisagem entendida desta forma carrega problematizações epistemológicas e ambiguidades semânticas. Claramente, a paisagem dos ecologistas[14] constitui-se como uma entidade diferente da paisagem dos geógrafos culturais. Em um exemplo, a crítica à limitação do conceito da paisagem ao sentido da visão parece comum, mas encontra desdobramentos diferentes entre geógrafos ecologistas e os culturais alinhados às perspectivas pós-virada cultural:

**Figura 1 – Oposições ao ocularcentrismo paisagístico**




Fonte: Organizado pelo autor.

É importante destacar que esta categorização envolvendo "geógrafos ecologistas" e "geógrafos culturais", já é, em si, uma generalização. No que diz respeito aos geógrafos culturais, podemos nos referir às distintas visões intermediadas por àqueles que abordam a cultura em suas distintas ontologias, em outro extremo, por aqueles que afirmam que a cultura não existe da forma que costumamos conceber (MITCHELL, 1995). Independente do ponto de vista do estudioso, delimitar a paisagem é uma tarefa árdua que não passa pelos referenciais materiais passíveis de observação. Como nos diz Tim Ingold, "nenhum aspecto da paisagem é, em si mesmo, um limite" (INGOLD, 1993, p.156). Interessante pensar que a categoria lugar também não está

[14] Palavras como "geossistema" ou mesmo expressões como "região ecológica" parecem facilitar as diferenciações entre ecologistas e geógrafos culturais, fazendo, sobretudo, a leitura leiga em Geografia ser mais palatável devido à polissemia carregada pela categoria paisagem.

livre dessa problemática. Além disso, o mesmo autor ressalta que os lugares podem ter centro, mas não possuem limites. O que explica essa problemática é justamente a participação das distintas formulações mentais que participam *pari passu* às expressões materiais da paisagem e do lugar. Mesmo na dimensão identitária, os limites se portam de maneira inquieta, ao sabor das ressignificações que são naturais à experiência humana. Acrescenta-se ainda, uma elaboração que é congruente à perspectiva da paisagem e do lugar, trazida por Augustin Berque (2012; 2017): a paisagem quanto o lugar encontram interseção na necessidade de transcender a materialidade, não a rejeitando, mas visitando domínios imateriais em um exercício dialético. A este exercício Berque propôs o nome de trajeção (BERQUE, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de uma só palavra da língua alemã (*landschaft*) significar paisagem e região não determina que o pensamento geográfico de uma das mais tradicionais escolas da geografia ignore a reflexão – em termos epistemológicos – sobre as diferenças e congruências das duas categorias geográficas em questão. Mesmo em outras línguas, a palavra paisagem pode assumir concepções muito distintas, que variam diacronicamente e de acordo com as concepções mobilizadas a partir de determinadas correntes do pensamento geográfico. A ecologia da paisagem apresenta-se de maneira curiosa como partícipe desta problemática. Nos estudos ecológicos, as diferenças entre as abordagens nomotéticas e idiográficas não ficam muito esclarecidas (MALANSON, 2002). É justamente a noção da paisagem enquanto área ecológica que aproxima o sentido da categoria em questão da ideia que prevalece na contemporaneidade sobre região: porção do espaço relativamente homogênea, marcada pela presença de um ou mais elementos marcantes.

A abordagem exclusivamente material da paisagem, que é uma marca de parcela importante dos estudos geográficos voltados para as questões ambientais, abalroa nas concepções conflituosas que envolvem o antagonismo entre a percepção cultural da natureza e o conceito objetivo da função ecológica. É importante destacar que as tradições culturais na geografia, fortemente guiadas pelos pressupostos ditados

pela escola de Berkeley e por Carl Sauer, também são dominadas por um foco material da paisagem. Somente a partir da virada cultural a hegemonia de Berkeley foi quebrada, fazendo com que a paisagem fosse vista a partir da transcendência da materialidade, com foco nos significados e na experiência humana. Esta ruptura na perspectiva cultural permitiu o distanciamento da categoria paisagem da região e a aproximação entre paisagem e lugar, pelo menos no âmbito dos estudos culturais contemporâneos.

Em uma problematização de viés cultural, aquilo que parece uma natureza bela e aprazível pode se constituir como um antigo aterro poluído. Da mesma forma, o que aprioristicamente pode se apresentar como o retrato de um negligente abandono, pode se constituir como um rico ecossistema. A distinção entre a função ecológica e as percepções culturais da natureza é inegável. Ao mesmo tempo em que os residentes suburbanos valorizam o canto dos pássaros, podem desvalorizar o habitat amadeirado que tais pássaros requerem (NASSAUER, 1995). Estas valorizações, quando avaliadas de forma cruzada, mostram algumas vezes assimetrias e irracionalidades, que, por sua vez, aludem ao descompasso entre a subjetividade da cultura e a objetividade da ciência. É importante destacar que a percepção cultural da natureza não é errada, ela é o que é. Em outras palavras, a incongruência com a racionalidade científica faz parte de suas manifestações.

As novas abordagens culturais da paisagem, dentre as quais podemos citar a realizada pela geografia humanista e por outras correntes que se desenvolveram após a virada cultural, é a antítese da exclusiva materialidade e objetividade que marcam os pressupostos da ecologia da paisagem e da geografia teorético-quantitativa. As novas abordagens culturais resgatam a subjetividade ensaiada por autores como Eric Dardel (2011) e John K. Wright (2014) no período pós-Segunda Guerra e obliterada pela ascensão da geografia teorético-quantitativa dos anos 1950.

Concluímos que o conceito de paisagem, dependendo dos pressupostos que fundamentam a sua abordagem, pode flutuar e adentrar em uma zona de congruência com os conceitos de região e lugar. A reflexão epistemológica aqui proposta nos permite apontar que nos discursos e nas construções textuais precisamos dar vazão à nossa apropriação teórica do conceito de paisagem, sob o risco de comprometer o processo de comunicação, fundamental para os objetivos científicos da geografia. Conforme foi indicado na introdução deste texto, não queremos apontar que exista

abordagem certa ou errada da paisagem; é importante apontar, todavia, os desdobramentos teóricos que apoiam o uso fatiado do universo semântico da paisagem, para que se possa evitar incoerências ou ruídos de compreensão.

## REFERÊNCIAS

AB´SÁBER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDREOTTI, G. Paisagens do espírito: a encenação da alma. **Ateliê Geográfico,** v.4, n.4, p.264-280, 2010.

ANTROP, M. Why landscapes of the past are important for the future. **Landscape and urban planning**, n.70, p.21-34, 2005.

APPLETON, J. What landscapes means to me. **Landscapes,** v.1, n.2, p.94-97, 2000.

BERQUE, A. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade,** v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017.

BERQUE, A. Beyond the modern landscape. **Architectural Association school of Architecture,** n.25, summer, p.33-37, 1993.

BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade,** v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.

BERQUE, A. Landscape and Immanence. **Thesis Eleven,** n.54, august, p.106-116, 1998.

BONNEMAISON, J. The Metaphor of the tree and the canoe. Tradução de Peter Crowe. **Pacific Arts**, n.9-10, p.21-24, Jul.,1994.

BURGESS, J. Editorial. **Landscape Research**, v.21, n.1, p.5-12, 1996.

BURGESS, R. The concept of nature in Geography and Marxism. **Antipode,** v.10, n.2, p.1-11, 1978.

CAPEL, H. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. (in): CAPEL, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.

CLAVAL, P. "A Volta do Cultural" na Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC,** Fortaleza, v.1, n.1, 2002.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. (in) Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. **Paisagens, texto e identidades.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

CLAVAL, P. The cultural approach and geography – the perspective of communication. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography,** v.55, n.3, p.126-137, 2001.

CONTI, J. B. Geografia e Paisagem. Santa Maria: **Ciência e Natura**, v.36, ed. Especial, p. 239-245, 2014.

COSGROVE, D. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v.15, n.3, p.1-6, 1990.

COSGROVE, D. On "the reinvention of Cultural geography" by Price and Lewis. **Annals of the Association of American Geographers,** v.83, n.3, p.515-517, 1993.

COSGROVE, D. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. **Transactions of the Institute of British Geographers,** new series, v.10, n.1, p.45-62, 1985.

COSGROVE, D. **Social Formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

COSGROVE, D. Modernity, Community and the Landscape Idea. **Journal of Material Culture**, v.11, n.49, p.49-66, 2006.

CRESSWELL, T. Place: encountering geography as philosophy. **Geography**, v.93, n.3, p.132-139, Autumn, 2008.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEMERITT, D. The nature of metaphors in cultural geography and environmental history. **Progress in Human Geography,** v.18, n.2, p.163-185, 1994.

DOMINGUES, Á. A paisagem revisitada. Lisboa: **Finisterra,** n.72, p.55-66, 2001.

DRIVER, F. On Geography as a Visual Discipline. **Antipode,** v.35, n.2, p.227-231, mar., 2003.

DUNCAN, J. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers,** v.70, n.2, jun., p.181-198, 1980.

FITZSIMMONS, M. The matter of nature. **Antipode,** v.21, n.2, p.106-120, 1989.

GREGORY, K. J. **A Natureza da Geografia Física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

HAESBAERT, R. **Regional-Global.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia.** São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.

HARVEY, D. **Explanation in Geography.** Bristol: Edward Arnold, 1986.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaelogy,** v.25, n.2, p.152-174, 1993.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Geógrafos**. São Paulo: Difel, 1986.

KARJALAINEN, P. T. House, Home and the Place of Dwelling. *Scandinavian* **Housing & Planning Reasearch**, n.10, p.65-74, 1993.

KIYOTANI, I. O conceito de paisagem no tempo. Florianópolis: **Geosul,** v.29, n.57, p.27-42, jan./jun., 2014.

LARSEN, S. E. Is nature really natural? **Landscape Research**, v.17, n.3, p.116-122, 1992.

LEY, D. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.5, p.249-257, 1981.

LOWENTHAL, D. Environmental perception: preserving the past. **Progress in Human Geography,** v.3, n.4, p.549-559, dez., 1979.

LOWENTHAL, D. Finding valued landscapes. **Progress in Human Geography**, March, 1978.

MALANSON, G. P. **Riparian Landscapes.** New York: Cambridge University Press, 2002.

MARANDOLA, H. L.; OLIVEIRA, L. de. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem. **Geograficidade,** v.8, n.2, inverno, 2018.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA 'E GA**, n.8, p.83-91, 2004.

MEINIG, D. W. Geography as an art. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v.8, n.3, p.314-328, 1983.

MIKESELL, M. W. Tradition and innovation in cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers,** v.68, n.1, p.1-16, mar., 1978.

MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers.** New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

NASSAUER, J. I. Culture and changing landscape structure. **Landscape Ecology,** v.10, n.4, p.229-237, 1995.

OLIVEIRA, L. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. **Geografia,** v.25, n.2, p.5-22, 2000.

OLWIG, K. R. All that is landscape is melted into air: the "aerography" of ethereal space. **Environment and Planning D: Society and Space**. v.29, p.519-532, 2011.

OLWIG, K. R. Has "geography" always been modern?: choros, (non)representation, performance, and the landscape. **Environmental and Planning A,** v.40, p.1843-1861, 2008.

OLWIG, K. R. Recovering the substantive nature of landscape. **Annals of the Association of American Geographers,** v.86, n.4, p.630-653, 1996.

PARKER, G. **Geopolitics: Past, Present and Future.** London: Pinter, 1998.

PEDROSA, B. V. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura,** UERJ, n.39, jan./jun, p.31-58, 2016.

PENN, M.; LUKERMANN, F. Corologia e paisagem: uma leitura internalista de "A Morfologia da Paisagem". (in): CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

PISTRICK, E.; ISNART, C. Landscapes, soundscapes, mindscapes: introduction. **Etnográfica,** v.17, n.3, p.503-513, October, 2013.

POCOCK, D. C. D. Sound and the Geographer. **Geography,** v.74, n.3, p.193-200, June, 1989.

PORTEOUS, J. D. **Planned to death: the annihilation of a place called Howdendyke.** Toronto: University of Toronto Press, 1988.

PORTEOUS, J. D. Smellscape. Manchester: **Progress in Human Geography,** n.9, p.356-378, 1985.

PORTEOUS, J. D.; MASTIN, F. J. Soundscape. Chicago: **Journal of Architectural and Planning Research,** v. 2, n.3, p.169-186, 1985.

PORTEOUS, J. D.; SMITH, S. E. **Domicide: the global destruction of home.** Montreal: Mcgill-Queen´s University Press, 2001.

PRICE, M.; LEWIS, M. The Reinvention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers,** v.83, n.1, p.1-17, 1993.

RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité. **Cahiers de geographie du Quebec,** v.21, n.53-54, p.123-134, 1977.

ROUGERIE, G. **Geografia das Paisagens**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. Lisboa: **Finisterra,** n.72, p.37-53, 2001.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. (in): OAKES, Timothy S; PRICE, Patricia L (eds). **The Cultural Geography Reader.** New York: Routledge, 2008.

SCHAEFER, F. K. Excepcionalism in Geography: A methodological examination. **Annals of the association of American geographers,** v.43, n.3, p.226-249, 1953.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. Curitiba: **RA'EGA**, n.7, p.79-85, 2003.

SERPA, A. Lugar, paisagem e experiência. **Geograficidade**, v.10, número especial, p.99-105, 2020.

SIVIGNON, M. Sobre a Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, UERJ, n.14, p.33-39, jul-dez, 2002.

TUAN, Y.-F. **Escapism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Y. -F. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

TUAN, Y.-F. Space and Place: Humanistic Perspective. (in) Gale S; Olsson, G. (eds) **Philosophy in Geography**. Theory and Decision Library, Springer, v.20, 1979.

TUAN, Y.-F. Strangers and Strangeness. **Geographical Review**, v.76, n.1, jan, p.10-19, 1986.

TUAN, Y.-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

TURNER, M. Classical chinese landscape painting and the aesthetic appreciation of nature. **Journal of Aesthetic Education**, v.43, n.1, spring, p.106-121, 2009.

UIMONEN, H. Pure Geographer: Observations on J. G. Granö and Soundscapes Studies. **The Journal of Acustic Ecology**, v.8, n.1, p.14-16, 2008.

VALENTINE, G. Whatever happened to the social? Reflections on the "cultural turn" in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography,** v.55, p.166-172, 2001.

WRIGHT, J. K. Terrae Incognitae: O lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade,** v.4, n.2, inverno, p.4-18, 2014.

YOUNG, B D. Perceiving Smellscapes. **Pacific Philosophical Quarterly**, v.101, n.2, p.203-222, jun., 2020.

Recebido em julho de 2020.

Revisão realizada em setembro de 2021.

Aceito para publicação em dezembro de 2021.